

## PUBLICADO Extrema, 19 / 11 / 25

## LEI N°. 5.342 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo a fazer abertura de crédito suplementar no Orçamento do corrente exercício de 2025, utilizando parte do Excesso de Arrecadação por fonte de recurso, para atender suas necessidades e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE EXTREMA**, Senhor Fabrício Sanchez Bergamin, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Extrema aprovou e ele sanciona a seguinte

## LEI:

**Art. 1º** - Fica autorizado a abertura de Crédito Suplementar no Orçamento, até o limite de R\$ 24.051.835,97 (Vinte e Quatro Milhões Cinquenta e Um Mil Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Noventa e Sete Centavos) utilizando-se por fonte específica de recursos, parte do Excesso de Arrecadação apurado no Balanço Orçamentário do exercício de 2025, nos termos do art. 43, § 1º inciso II e § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único – Para regulamentar a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, o Chefe do Poder Executivo editará, tempestivamente, o competente Decreto e, para tanto, serão utilizados como fonte de origem de recursos o excesso de arrecadação, nos limites de valores de saldos, estabelecidos conforme o disposto no artigo 2º desta Lei.

Art. 2° – Constituem-se como recursos para fazer face às disposições do artigo 1° desta Lei, o excesso de arrecadação apurado sob as fontes de recursos:



FONTE DE	Excesso de	Excesso já	Excesso de	Limite P/
RECURSO	Arrecadação	Comprometido no	Arrecadação	Utilização do
	Provável para o	Exercício de 2025	Disponível para o	Excesso de
	Exercício de 2025		Exercício de 2025	Arrecadação no
				exercício de 2025
				nos termos do
				artigo 1º desta
				Lei
15000001001 -	R\$ 29.472.128,28	R\$ 19.850.617,88	R\$ 9.621.510,40	R\$ 9.621.510,40
Recursos Não				
Vinculados de				
Impostos –				
(Educação)				
15000001002 -	R\$ 34.236.414,91	R\$ 19.806.089,34	R\$ 14.430.325,57	R\$ 14.430.325,57
Recursos Não				
Vinculados de				
Impostos –				
(Saúde)				

Art. 3º - Nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 5.131 de 17 de dezembro de 2024 (LOA), o conteúdo do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, considera-se adequado às disposições desta Lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Fabrício Sanchez Bergamin

- Prefeito Municipal -